



PESQUISADORES DE ADMINISTRAÇÃO E OS PROBLEMAS SOCIAIS: COMPREENDENDO A REPRODUÇÃO DO RACISMO NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Karina Francine Marcelino¹

Universidade do Estado de Santa Catarina, SC, Brasil

Mário César Barreto Moraes²

Universidade do Estado de Santa Catarina, SC, Brasil

¹ Pós-doutoranda (estágio pós-doutoral) em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC/ESAG). Doutora em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC/ESAG) com período sanduíche em University of Technology Sydney. Especialista em Formação Pedagógica para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2023) pelo Instituto Federal Goiano. Mestra em Administração (2020) pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC/ESAG). Pós-Graduada em Gestão de Pessoas (2018) pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). Graduada em Administração Pública (2014) pela Universidade do Estado de Santa Catarina - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas (UDESC/ESAG). Servidora Estatutária na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora no UniSENAI. Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB. Membro da Cátedra Antonieta de Barros: Educação para a Igualdade Racial e Combate ao Racismo com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Conselheira do Coletivo Negro Guerreiro Ramos (ESAG/UDESC). Coordenadora do Coletivo dos Servidores Negros da UFSC (NegrUFSC). Membro do Núcleo de Estudos Negros NEN. Membro da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (Cadara), vinculada ao Ministério da Educação. Áreas de interesse: gestão pública, gestão de pessoas, gestão universitária, diversidade, equidade, inclusão, relações étnico-raciais e ações afirmativas. E-mail: karinamarcelino@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4891-4202>

² Possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1982), graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1987), mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Conselheiro do Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina - CEE-SC (2011-2023). Membro do Conselho Consultivo da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD. Presidente da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES/MEC (2019-2022). Presidente do CACS/FUNDEB de Santa Catarina (2017-2019). Membro da Comissão UNIEDU/FUMDES - Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina. Presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - ANGRAD (2014-2016). Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina - ESAG/UDESC. Diretor Geral da ESAG/UDESC (2010-2014); Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação da ESAG/UDESC (2004-2006); Coordenador do Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração da ESAG/UDESC (2021-2023; 2015-2018; 2006-2009; 2002-2004). Tem experiência na área de Administração e de Engenharia, em Ensino e em Estratégia, atuando principalmente nos seguintes temas: administração, educação, avaliação, ensino superior, educação básica e pareceres técnicos na área de educação e de legislação e normas do ensino superior. E-mail: mcbmstrategos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0760-8444>



Resumo: Este artigo visa compreender de que forma o racismo se manifesta nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Administração. A estratégia utilizada foi um estudo qualitativo de casos múltiplos, junto a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração nas Universidades Públicas Catarinenses. As principais contribuições deste estudo residem em reconhecer o racismo como um problema que permeia todas as estruturas sociais, incluindo os Programas de Pós-graduação em Administração; compreender as lacunas existentes na formação dos futuros profissionais da área; e identificar as desigualdades no acesso.

Palavras-Chave: Racismo; Pós-graduação; Administração.

MANAGEMENT RESEARCHERS AND SOCIAL PROBLEMS: UNDERSTANDING THE REPRODUCTION OF RACISM IN GRADUATE PROGRAMS IN MANAGEMENT

Abstract: This article aims to understand how racism manifests in Postgraduate Programs in Administration. The strategy used was a qualitative study of multiple cases, together with Postgraduate Programs in Administration at Public Universities in Santa Catarina. The main contributions of this study lie in recognizing racism as a problem that permeates all social structures, including Postgraduate Programs in Administration; understanding the gaps that exist in the training of future professionals in the area; and identifying inequalities in access.

Keywords: Racism; Postgraduate Programs; Administration.

INVESTIGADORES EN ADMINISTRACIÓN Y PROBLEMAS SOCIALES: COMPRENDIENDO LA REPRODUCCIÓN DEL RACISMO EN LOS PROGRAMAS DE POSGRADO EN ADMINISTRACIÓN

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender cómo se manifiesta el racismo en los Programas de Posgrado en Administración *stricto sensu*. La estrategia utilizada fue un estudio cualitativo de casos múltiples, en conjunto con Programas de Posgrado en Administración de Universidades Públicas de Santa Catarina. Los principales aportes de este estudio radica en reconocer el racismo como un problema que permea todas las estructuras sociales, incluyendo los Programas de Posgrado en Administración; comprender las brechas que existen en la formación de los futuros profesionales en el área; e identificar desigualdades en el acceso.

Palabras-clave: Racismo; Estudios de posgrado; Administración.

CHERCHEURS EN ADMINISTRATION ET PROBLÈMES SOCIAUX : COMPRENDRE LA REPRODUCTION DU RACISME DANS LES PROGRAMMES D'ÉTUDES SUPÉRIEURES EN ADMINISTRATION

Résumé: Cet article vise à comprendre comment le racisme se manifeste *stricto sensu* dans les programmes d'études supérieures en administration. La



stratégie utilisée a été une étude qualitative de plusieurs cas, ainsi que de programmes de troisième cycle en administration stricto sensu dans les universités publiques de Santa Catarina. Les principales contributions de cette étude résident dans la reconnaissance du racisme comme un problème qui imprègne toutes les structures sociales, y compris les programmes d'études supérieures en administration; comprendre les lacunes qui existent dans la formation des futurs professionnels du domaine; et identifier les inégalités d'accès.

Mots-clés: Racisme; Études de troisième cycle; Administration.

INTRODUÇÃO

O racismo é considerado uma forma sistemática de discriminação baseado na raça, e que se expressa por meio de práticas conscientes ou inconscientes resultando em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertençam (Almeida, 2019). As pesquisas sobre o racismo ganharam impulso no século XIX, com o surgimento das teorias científicas racistas. Nesse período, cientistas e pensadores buscavam justificativas supostamente científicas - baseadas no conceito biológico de raça - para legitimar hierarquias raciais e práticas discriminatórias (Munanga, 2004). O impacto dessas teorias foi profundo e ainda ecoa nos discursos da sociedade. No Brasil, esses discursos se estabeleceram de forma hegemônica por meio dos processos de colonização e escravização. Tais práticas contribuíram para a construção e perpetuação de um discurso que inferiorizava os negros (Marques, 2010), alicerçado em ideologias que priorizavam o ideal de branqueamento e o mito da democracia racial (Munanga, 2004).

Há uma tendência crescente em analisar o racismo a partir de uma perspectiva estrutural, reconhecendo que não se limita a atitudes individuais de discriminação (Theodoro, 2022; Lourenço, 2023). Pesquisas indicam ainda que o racismo e a discriminação racial são considerados os fatores mais consistentes para explicar as disparidades raciais no Brasil (Skidmore, 1976; Hasenbalg, 1979; Guimarães, 1999; Bento, 2002; 2022 Telles, 2003). As evidências dessa desigualdade são observadas em múltiplos aspectos da vida

social, incluindo disparidades na distribuição de renda, no acesso às posições de prestígio no mercado de trabalho, nos cuidados de saúde, nas oportunidades de emprego, nas condições de moradia, e até mesmo nas taxas de natalidade e mortalidade. Além disso, o sistema educacional também reflete essas desigualdades, conforme demonstrado por dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

Nesse contexto, as instituições universitárias caracterizam-se como um espaço com a presença de múltiplas e diversas opiniões e atitudes que refletem a sociedade (Chauí, 2003). Estudos como o de Gonçalves, Marcelino e Búrigo (2022, p. 133) argumentam que embora legalmente comprometida com a inclusão social, a universidade ainda enfrenta um desafio considerável em “diminuir o abismo imposto pelo racismo estrutural vigente em nossa sociedade”. Tendo em vista que nesses espaços coexistem diferentes atores sociais, com objetivos distintos e culturas diversas, além de agrupar saber de diferentes áreas do conhecimento, gerir este espaço torna-se um grande desafio aos gestores públicos considerando sua íntima relação com Estado e sociedade (Perardt; Búrigo, 2016). É compromisso das Universidades contribuir para a redução e superação das desigualdades e injustiças sociais (Santos; Silva; Santos, 2022).

No entanto, o campo da Administração carece de estudos empíricos que abordem de que forma o racismo é reproduzido nessa área de estudo e que consequentemente repercutem nas estruturas organizacionais e laborais dos sujeitos historicamente marginalizados e de grupos dominantes.

Nesta perspectiva, questiona-se: como o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração? A partir da problemática apresentada, este estudo tem como objetivo compreender de que forma o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração.

Para responder a este objetivo, foi realizada uma pesquisa junto a pesquisadores da área da Administração, vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração das Universidades Públicas do



Estado de Santa Catarina. Considerando que o acesso ao ensino superior e às carreiras científicas ainda é um privilégio de uma pequena parcela da sociedade, alcançar esse nível de formação educacional é fazer parte de uma elite acadêmica.

O panorama do racismo nos Programas de Pós-Graduação no Brasil é caracterizado por uma acentuada desigualdade racial no acesso, com a população negra sub-representada nesses programas em comparação à sua proporção na população brasileira. Em 2018, entre os estudantes de pós-graduação *stricto sensu* que declararam raça/cor, 71% eram brancos e apenas 27,5% eram negros, apesar de a população negra representar cerca de 54% da população brasileira (Costa, 2022).

Apesar do crescimento do acesso de negros à pós-graduação nas últimas décadas. Ainda há uma "ausência e invisibilidade" de negros tanto como estudantes quanto como docentes nesses programas (Vanali; Silva, 2019). A pós-graduação exerce um papel de mudança social tendo em vista postular desenvolver profissionais que irão formar outros profissionais. Então, garantir a visibilidade da população negra nesses espaços é fomentar a pluralidade, descolonizar o ensino, promover a diversidade e ampliar a educação antirracista. De acordo com a Anpad (2024), em 2018, dos estudantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração que declararam sua raça e cor, 71% são brancos, enquanto 27,5% são negros (pretos e pardos), 0,6% amarelas e 0,2% são indígenas.

Pesquisas recentes têm lançado luz sobre a complexidade do racismo estrutural no contexto organizacional brasileiro. Os estudos revelam que as práticas de gestão nas organizações brasileiras são racializadas, mesmo que de maneira sutil e não intencional. A perpetuação da desigualdade racial no Brasil tem se evidenciado nas práticas organizacionais e estruturas sociais que se reforçam mutuamente. O sistema econômico atual se beneficia da exploração de diversos marcadores sociais, incluindo raça, gênero e classe. Neste contexto, o racismo estrutural no ambiente organizacional se manifesta de diversas formas, compreendendo desde disparidades salariais até

diferenças nas oportunidades de desenvolvimento profissional (Araújo; Faria; Santos; Srinivas, 2023).

Há que se ressaltar que, de acordo com os resultados da Pesquisa Nacional sobre o Perfil dos Profissionais de Administração, os profissionais dessa área devem contribuir para o sucesso das organizações por meio do atendimento das demandas da sociedade (Conselho Federal de Administração, 2023). Tais aspectos servem como um contexto promissor para compreender de que forma o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração.

APORTES BASILARES SOBRE O RACISMO

O estudo do racismo como fenômeno social começou a ganhar força a partir de estudos que exploravam a experiência dos afro-americanos, desafio às teorias científicas raciais e as noções de superioridade racial, movimentos pelos direitos civis e estudos sistemáticos sobre relações e desigualdades raciais (Fernandes, 1965; Skidmore, 1976; Hasenbalg, 1979; Gilroy, 2001; Seyferth, 1996).

O racismo é um fenômeno social complexo e profundamente enraizado que vai além de simples preconceitos individuais. Segundo Almeida (2019), o racismo permeia instituições e sistemas sociais, afetando indivíduos de forma consciente e inconsciente. O racismo frequentemente se manifesta pela discriminação baseada na cor da pele, independente das posições socioeconômicas ou ascendência mista. Embora o status socioeconômico ou a ancestralidade mista possam, em alguns casos, mitigar certos aspectos da discriminação, eles não eliminam completamente a experiência do racismo.

Em determinadas situações, há uma interseção entre diferentes identidades sociais e, quando isso ocorre, a discriminação assume características singulares (Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Crenshaw, 1989; Moraes, 2020). Ao compreender os sujeitos em sua totalidade, não há dissociação entre gênero, raça e classe, uma vez que são percebidos a todo momento a partir do todo, seja pelo viés racial, de gênero, ou dos grupos



econômicos dos quais fazem parte (Euclides, 2017). Essa percepção do todo constitui o sujeito enquanto identidades individuais e profissionais.

Mezan (2021) destaca que o racismo surge ideologicamente, com o intuito de diferenciar as raças humanas em raças inferiores e superiores, no qual a raça branca seria a “superior”, a mais evoluída, e, portanto, detentora de certos privilégios em relação às demais, tais como, o direito de dominar e de explorar as raças supostamente “inferiores”.

O racismo se apresenta de múltiplas maneiras na sociedade. Wieviorka (1991) argumenta que, apesar dessa multiplicidade, todas as expressões racistas compartilham um elemento essencial: a tendência de naturalizar ou demonizar um grupo racial específico, ao mesmo tempo em que exalta outro. Essa exaltação não se fundamenta em aspectos culturais ou sociais, mas em supostas características raciais. Nessa perspectiva, características físicas, genéticas ou naturais são incorretamente associadas a determinadas qualidades intelectuais e morais. Essa concepção errônea estabelece uma hierarquia artificial entre grupos raciais, atribuindo superioridade a alguns e inferioridade a outros com base em traços biológicos. É importante ressaltar que tal visão carece de embasamento científico e serve apenas como mecanismo para a perpetuação de preconceitos e desigualdades raciais na sociedade.

Considerando o contexto acadêmico, observa-se que o racismo se apresenta de diversas maneiras, tais como: racismo institucional, estrutural e epistêmico. O racismo institucional manifesta-se nas organizações por meio de práticas, processos, ações, normas, ferramentas e sistemas de valores que, mesmo indiretamente, conferem privilégios ou desvantagens com base na raça (Almeida, 2019; Bento, 2022, Ribeiro; Costa, 2018). Por sua vez, o racismo estrutural está profundamente enraizado nos sistemas e estruturas sociais, familiares, econômicas, jurídicas e políticas de uma sociedade, perpetuando sistematicamente as desigualdades raciais (Almeida, 2019). O racismo epistêmico ou epistemológico refere-se à negação da validade da produção de conhecimento de certos indivíduos por dois motivos principais: primeiro, devido

à sua não-branquitude; e segundo, porque suas pesquisas e resultados envolvem repertórios e cânones não-ocidentais (Nogueira, 2015).

A persistência do racismo na sociedade brasileira, particularmente no contexto universitário, pode ser analisada através de dimensões fundamentais da realidade social que se baseiam em discursos sociais, tais como: o discurso da democracia racial e o discurso da meritocracia. O argumento da democracia racial nega a desigualdade racial entre brancos e negros, alegando que ambos os grupos têm igualdade de oportunidades e tratamento. No entanto, essa visão ignora a discriminação racial contra os negros, perpetuando estereótipos, preconceitos e discriminações. Ao negar o racismo, essa ideologia cria um ambiente propício para a perpetuação de estereótipos negativos sobre os negros, reforçando assim as desigualdades e discriminações raciais (Gomes, 2005).

Já o discurso da meritocracia reconhece a sociedade como um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos com base nas capacidades individuais, conhecida como meritocracia, acaba por ser um dos operadores do racismo (Vieira et al., 2013). Essa ideologia justifica a exclusão e as desigualdades que produz, criando uma elite que se considera trabalhadora e virtuosa. Ao assumir a igualdade de oportunidades, a classe dominante tende a manter as posições sociais em que se encontra (Calbino et al., 2022; Bento, 2022). O discurso meritocrático mascara uma reprodução social e mantém uma ordem que prima pelas desigualdades sociais (Bourdieu, 1996). Nesse sentido, a herança branca tratada como mérito para legitimar a supremacia econômica, política e social origina-se da condição de descendente de escravocratas e colonizadores (Bento, 2022). Portanto, a meritocracia acaba por justificar e perpetuar as estruturas racistas, negando a influência do racismo sistêmico no acesso desigual a oportunidades.

Diante desses aspectos em torno do racismo e das dimensões fundamentais da realidade social, reconhece-se que em relação ao contexto da pós-graduação, a formação de pós-graduação no Brasil é marcada por uma assimetria, hierarquia e desigualdade no acesso e produção de conhecimento

científico. Segundo Nazareno e Herbetta (2019), a maior parte da população brasileira foi excluída do acesso à pós-graduação desde o início, devido ao caráter elitista da formação. Somente com a implementação de políticas de ação afirmativas, especialmente a partir da década de 2000, é que essa situação começou a mudar, inicialmente na graduação e posteriormente na pós-graduação de algumas instituições.

Ao negligenciar outras epistemologias e conhecimentos, perde-se a oportunidade de enriquecer a ciência por meio da diversidade, perpetuando uma matriz de conhecimento eurocentrada (Apinajé; Herbetta, 2018; Nazareno; Herbetta, 2019). Soma-se, o fato da pós-graduação ser composta por estudantes que não apenas possuem conhecimentos, habilidades e atitudes benéficas à sociedade, “mas também como um grupo social que, como os demais, têm interesse em manter e ampliar suas condições de vida e sua influência na sociedade” (Schwartzman, 2022, p. 241-242)

A pós-graduação no Brasil foi instituída a partir de um desenho centro-periferia, reproduzindo e consumindo o que é produzido pelos países do capitalismo central (Santos, 2003). Esses espaços se mantêm elitistas, pois o acesso e a permanência de grupos minoritários ainda são restritos devido a um problema social estrutural (Nazareno; Herbetta, 2019).

Apesar disso, o conhecimento científico gerado a partir dos Programas de Pós-Graduação adquire cada vez mais importância e impacto perante a sociedade brasileira. Portanto, esses programas precisam atender aos anseios da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico do país de maneira diversa, plural, inclusiva e responsável (Moritz; Moritz; Melo, 2011; Nazareno; Herbetta, 2019).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo teórico-empírico, adotou-se como estratégia de investigação o estudo de casos múltiplos, pois visa descrever e capturar com profundidade o racismo no contexto dos Programas de Pós-graduação stricto sensu em Administração das Universidades Públicas Catarinenses (Triviños,

1987; Flick, 2009; Stake, 2011). Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois será utilizada para ampliar o entendimento de fenômenos sociais de natureza histórico-estrutural dialética, ou seja, que é explicado em um processo dialético indutivo-dedutivo (Triviños, 1987).

Embora tenha-se utilizado porcentagens para apresentar alguns resultados, esse estudo se caracteriza como predominantemente qualitativo, pois o foco se manteve na reflexividade da pesquisa. Isso significa que as subjetividades dos sujeitos envolvidos e/ou participantes também foram componentes da produção do conhecimento gerado, como destacado por Flick (2009), onde os pontos de vista se tornam os pontos de partida. O presente estudo, buscou oferecer alguns esclarecimentos ou respostas para o fenômeno do racismo o qual ainda se apresenta como um campo repleto de lacunas (Gibbs, 2009).

A coleta de dados privilegiou questionário aplicado junto a pesquisadores da área da Administração, vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração das Universidades Públicas do Estado de Santa Catarina, a saber: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Regional de Blumenau (FURB). As questões do questionário foram elaboradas sob o formato aberto, fechado e dependente. Questões do tipo abertas solicitaram que os respondentes fornecessem suas próprias respostas, já as questões do tipo fechada pediam que os respondentes escolhessem uma alternativa dentre as que são apresentadas em uma lista, já as questões dependentes só faziam sentido para alguns respondentes pois a pergunta referente à opinião é dependente em relação à outra (Gil, 2009).

Valendo-se de convite aos e-mails das secretarias dos Programas, solicitou-se a divulgação junto aos discentes, docentes e técnicos vinculados, com o link para preenchimento do questionário online (via Google Forms). O questionário ficou disponível para recebimento de respostas do período de 06/06/2023 a 28/08/2023. Durante esse intervalo 5 (cinco) lembretes foram enviados reiterando a pesquisa e a importância da participação. A pesquisa foi

realizada de forma censitária, o que significa que todos os membros acessíveis dos públicos-alvo foram convidados a participar ou tiveram a oportunidade de responder. Assim, a amostra obtida é classificada como não probabilística, o que inviabiliza a estimativa do erro amostral.

A referida pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEP) da universidade a qual à pesquisa estava vinculada, na Plataforma Brasil sob o nº 61196222.6.0000.0118. Os sujeitos respondentes foram 116 (cento e dezesseis) dentre discentes e servidores docentes e técnicos vinculados aos Programas das Universidades pesquisadas. Ressalta-se que os respondentes não foram identificados a fim de garantir o anonimato e a confidencialidade das informações.

Baseados na literatura, foram definidas as temáticas para o questionário, orientado a compreender de que forma o racismo é reproduzido e elaborado com base na problemática do presente estudo e na literatura subjacente, conforme apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1: Temáticas para o questionário

Temáticas para o questionário
• Identificação da categoria: discente, docente ou técnico • Autodeclaração racial • Identificação do racismo na sociedade brasileira • Entendimento sobre a democracia racial • Entendimento sobre a perpetuação do racismo nas Universidades • Manifestação do racismo nos Programas de Pós-graduação • Entendimento sobre as políticas de inclusão e permanência • Existência de grupos de estudos/pesquisas sobre questões étnico-raciais

Fonte: elaborado pelos autores, com base no referencial teórico (2024).

Considerando que este é um estudo de caso qualitativo, foi considerado viável e essencial o emprego das seguintes técnicas para análise

dos dados: a análise descritiva (Gil, 1995; Rudio, 2010; Köche, 2015) em conjunto com a análise interpretativa (Triviños, 1987).

O objetivo da análise descritiva foi detalhar as características do público-alvo bem como do fenômeno racismo a partir da percepção do público-alvo. Esta abordagem visa, entre outros objetivos, capturar as opiniões, atitudes e crenças da população (Gil, 1995; Gibbs, 2009). Os princípios da análise descritiva foram essenciais durante a interpretação dos dados.

Para enriquecer a análise, adotou-se a abordagem interpretativa proposta por Triviños (1987), a qual considera três aspectos fundamentais: a) resultados do estudo, b) embasamento teórico e c) experiência pessoal dos pesquisadores. E a análise das respostas discursivas foi feita baseando-se nas temáticas definidas previamente (Tabela 1), referencial teórico e experiência pessoal dos pesquisadores.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os sujeitos respondentes foram 116 (cento e dezesseis) dentre discentes e servidores docentes e técnicos vinculados aos Programas das Universidades pesquisadas. Os discentes correspondem a 62,1% do total de respondentes. Enquanto, os servidores docentes e técnicos correspondem a 11,2% e 26,7%, respectivamente.

Entre os respondentes, 81,9% autodeclararam-se como brancos, 11,2% como pardos, 4,3% como pretos e 1,7% como amarelos. Apenas 1 respondente autodeclarado como indígena.

Entre os 81,9% que se autodeclararam branco:

- 62,1% são discentes;
- 25,3% são servidores técnicos;
- 12,6% são servidores docentes;

Dentre os 15,5% que se autodeclararam negros:

- 61,1% são discentes;
- 38,9% são servidores técnicos;



Os resultados evidenciam a ausência de docentes negros. O questionário buscou identificar ainda como que os sujeitos identificam a manifestação do racismo na sociedade brasileira. 96,6% acreditam que há racismo no Brasil, sendo que: 100% são autodeclarados negros; 95,9% são autodeclarados brancos e amarelos; 61,6% são discentes; 27,7% são servidores técnicos; e 10,7% são servidores docentes;

Os sujeitos tinham um espaço destinado para justificar suas respostas se julgassem necessário. Os comentários em grande parte foram ao encontro do que foi observado na fundamentação teórica: um racismo que se apresenta de múltiplas formas, que leva em consideração aspectos históricos, sociais e culturais e que está arraigado na sociedade brasileira. Os comentários demonstraram uma argumentação crítica em relação às questões raciais.

Entretanto, ressalta-se o comentário a seguir: *“A pergunta é complexa: a simples existência de uma pessoa brasileira racista - o que é inegável - já é o suficiente para se considerar que existe racismo no Brasil. Mas não considero que o racismo defina o brasileiro”*. Esse comentário reflete a ideia de que se reconhece a existência do racismo, porém não aceita ser considerado como tal (Oliveira; Barreto, 2003). É como se o racismo fosse algo distante, justamente por ser algo tão desprezível. Não é bonito ser racista, “todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (Schwarcz, 1996, p.155).

Do total, 72,4% dos respondentes não acreditam na afirmação que vivemos em uma democracia racial. Sendo que: 83,3% são respondentes autodeclarados negros; e 70% são respondentes autodeclarados brancos e amarelos.

Os comentários, de modo geral, vão ao encontro da fundamentação teórica e do resultado da pesquisa de abrangência nacional realizada em 2023, a qual visava compreender de que forma a população brasileira percebe o racismo, bem como favorecer a criação de campanhas e políticas de enfrentamento ao racismo. Assim como no resultado do presente estudo, 81% afirmam que o Brasil é um país racista (Nganga, 2023). Contudo, ressalta-se

dois comentários a seguir: (a) *“Não compreendo o conceito “democracia racial” como um resultado, e sim como um ponto de partida. Considerando que não existe exclusão legal de nenhuma raça dos processos políticos, sociais ou econômicos, considero que no ponto de vista formal há uma democracia racial.”* e (b) *“Entretanto, penso que o racismo se perpetua mais no Brasil pela (falta) de hereditariedade patrimonial, do que por questões de raça em si (ainda que haja racismo gratuito pela raça em abundância - penso ser menor do que a estruturante falta de recursos patrimoniais).”* Tanto o primeiro quanto o segundo comentário demonstram o desconhecimento das desigualdades raciais e sociais existentes na sociedade brasileira e de que forma ocorre a intersecção desses marcadores sociais.

As legislações em prol do combate às desigualdades sociais demonstram que há uma redução dessas desigualdades. Porém, quando se trata da população negra esses números só aumentam. O direito não alcança a população negra de igual forma que alcança a população branca. É necessário reconhecermos o sistema de dominação operado pelo racismo assim como a existência de uma ordem jurídica, cultural e política que permite a perpetuação da dominação dessa população. É fundamental a construção de uma base jurídica emancipatória e que se aproxima do pensamento decolonial. As experiências vivenciadas pela população negra no Brasil diferem de qualquer outro grupo racial. Além disso, a falta de recursos patrimoniais precisa ser analisada em conjunto com os privilégios e vantagens auferidos pela branquitude. Transferência de riqueza herdada é um privilégio material experienciado pela população branca. Dessa forma, os marcadores sociais e raciais sobrepõem múltiplas formas de discriminação.

Dos entrevistados, 84,5% dos respondentes nunca presenciaram atos racistas dentro do programa. Enquanto 15,5% já presenciaram atos racistas. Entre os respondentes autodeclarados negros, 58,8% já foram vítimas de racismo dentro dos espaços acadêmicos.

O comentário a seguir exemplifica um desses casos de racismo presenciado: *“Um colega branco da turma do Doutorado, verbalizou a uma*



colega, em uma determinada ocasião (churrasco da turma) que não via ela como mulher negra, mas sim como uma mulher branca nordestina. No entanto, insistiu em dizer na roda de conversa que estávamos, que ela não seria negra o suficiente para tentar o processo seletivo da Bolsa destinado às pessoas pretas e pardas, à época aberto para os Programas de Pós-Graduação. Isto causou um desconforto racial instantâneo, quando violentamente violou a autodeclaração racial, em que a colega negra estava passando por um processo de autorreconhecimento étnico-racial. Além do mais, proferiu na mesma conversa, um discurso racista repugnante, que uma de suas avós antigamente ("até comercializava escravos") no interior de Santa Catarina. Tudo isso, para dizer, apesar de ser criado numa família racista desde de pequeno, ele "não é racista".

Já o comentário a seguir exemplifica um caso de racismo vivenciado por um respondente: *"Em sala, na aula de Bourdieu sobre campo social, que uma professora disse que "pessoas lá de cima" não têm capital econômico e cultural, e quando a confrontei, ela disse que era brincadeira, modo de falar. Outra professora escreveu em meu artigo dizendo que a marginalização sobre fronteiras é culpa dos haitianos e venezuelanos que trazem pobreza para as fronteiras do Brasil."* Esses comentários refletem a reprodução do racismo por meio de discursos hegemônicos baseados em estereótipos negativos e características estigmatizantes em relação a grupos de pessoas historicamente marginalizadas. Esses comentários perpetuam e fomentam o racismo na sociedade brasileira. Não se trata de opinião, mas sim, de imaginário social e práticas concretas que materializam o racismo estrutural.

Entre os respondentes, 76,7% concordam com as políticas de inclusão e permanência dos negros nas Universidades, sendo que:

- 58,6% concordam totalmente; e
- 18,1% concordam parcialmente.

10,3% discordam dessas políticas, sendo que:

- 6,9% discordam parcialmente; e
- 3,4% discordam totalmente.

39,7% dos respondentes afirmam que seus respectivos Programas possuem políticas de ações afirmativas para ingresso. 35,3% dos respondentes não sabem informar se seus Programas possuem tais políticas enquanto 25% afirmam que não possuem. 33,3% dos respondentes autodeclarados negros afirmam que a existência das ações afirmativas foi importante para optar pelo Programa. 64,7% dos respondentes autodeclarados negros afirmam que não ingressaram por meio das ações afirmativas no Programa de Pós-graduação. Dos 35,3% que ingressaram por meio das ações afirmativas: 29,4% são das cotas para pessoas de baixa renda; e 5,9% são das cotas para pessoas negras.

Apesar de todos os estudos e pesquisas retratarem a importância, validade e objetivo das políticas de ações afirmativas, observa-se ainda um desconhecimento desses fatores por parte de alguns sujeitos. Ressalta-se o comentário a seguir: *“Essas práticas sim são racistas. Não existe distinção na formação acadêmica, todas as cores estudam e recebem as mesmas condições para exercer sua cidadania.”* Esse comentário desponta uma visão equivocada do papel que essas políticas exercem em uma sociedade que busca uma justiça social.

As políticas de ações afirmativas surgem após um diagnóstico sociocultural que comprova estatisticamente as desigualdades existentes oriundas de um processo histórico de discriminação o qual exige uma tentativa de reparação (Brasil, 2019). Ou seja, a adoção da política de cotas das universidades públicas é um passo fundamental na luta contra o racismo, pois se reconhece que as oportunidades entre brancos e negros são desiguais. Munanga (2001), Moreira (2003) e Soares (2014), já apresentaram em seus estudos justificativas e argumentos favoráveis às políticas de cotas raciais, contrariando os argumentos desfavoráveis como o citado. Essa discussão em torno da (in)constitucionalidade da política de cotas raciais foi superado pelo próprio parecer do Supremo Tribunal Federal - *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186*³, de 26/04/2012. Essas políticas são constitucionais,

³ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, teve como relator o Min. Ricardo Lewandowski e por unanimidade o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o



justas e necessárias, além de apresentarem impactos positivos à trajetória de seus benefícios, tais como (Buiatti; Jeffrey, 2022; Souza; Richter; Souza, 2022; Box1824 & Empodera, 2022): Conexões feitas na universidade expandem a autopercepção identitária e mais campos de oportunidade; Surgimento de novas oportunidades e a tentativa de começar um histórico de desigualdades; Empoderamento a partir da consciência do valor do próprio diploma; Acesso a trabalhos formais e menos precarizados; Surgimento de outros sonhos educacionais e profissionais a partir do diploma; e Referência dentro dos grupos de origem e gerações futuras.

46,6% respondentes não sabem informar se os Programas de Pós-graduação oferecem algum tipo de acolhimento para os estudantes. Enquanto, 33,6% afirmam que os Programas oferecem algum tipo de acolhimento e 19,8% afirmam que os Programas não oferecem. 52,9% dos respondentes autodeclarados negros informam que seu Programa de Pós-graduação não oferece nenhum tipo de acolhimento para os estudantes ingressantes por ações afirmativas. Enquanto 41,2% dos respondentes autodeclarados negros não sabem informar se existe acolhimento específico para os estudantes ingressantes por ações afirmativas.

Observa-se a dificuldade dos sujeitos em se sentirem incluídos e acolhidos dentro dos Programas, conforme pode ser visto no comentário a seguir: *“Meu programa é bem imaturo em relação a essas questões, e te afirmo que eles não estão nem interessados. O Programa é elitizado, funcionalista, hetero e branco. Às vezes acho que me perco em relação a minha convivência com esse povo e longe das minhas raízes.”*

O termo inclusão social, no âmbito das ações afirmativas, se constitui como uma “política de integração plena de um indivíduo ou de um grupo na sociedade através de projetos que visam equacionar as dificuldades e carências que esse indivíduo ou grupo apresenta” (Houaiss; Villar, 2001). A

sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691269> Acesso em 04 ago. 2022.

inclusão social por meio da criação de possibilidades para que determinados sujeitos sejam reconhecidos, ascendam socialmente e sejam recompensados frente às injustiças históricas é uma forma de garantir que culturas, economias e políticas sejam respeitadas e valorizadas (França, 2017).

Dos resultados obtidos, 87,9% dos respondentes afirmam que não participam ou nunca participaram de grupos de estudos/pesquisas sobre questões étnico-raciais. 73,3% dos respondentes nunca abordaram questões étnico-raciais em algum estudo, sendo que:

- 79,4% são respondentes autodeclarados brancos e amarelos; e
- 55,6% são respondentes negros.

51,7% dos respondentes desconhecem autor(a) negro(a) da área de Administração. Observa-se um epistemicídio existente no campo das ciências sociais aplicadas. Essa prática de negar, silenciar e invisibilizar conhecimentos produzidos a partir de perspectivas decoloniais. Perspectivas estas que vão de encontro ao cânone da ciência, ao *mainstream* da intelectualidade. As legislações 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nos programas pedagógicos das escolas públicas de ensino básico no Brasil, surgem para apresentar que a cultura e a história afrodescendente e indígena têm muitos saberes e fazeres que compõem a construção dessa sociedade. Esses conhecimentos que foram apagados são fundamentais para a compreensão do país. Essas legislações enquanto ferramentas de deslocamento da narrativa única buscam romper com essas práticas de silenciamento.

Dessa forma, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena devem ser pensados de uma forma que saberes e fazeres subalternos sejam evidenciados. Esses saberes e fazeres devem ser aplicados em todo o percurso escolar dos sujeitos e os professores/docentes devem ser formados a fim de possuírem instrumentos práticos e teóricos para trabalhar com essas temáticas de forma decolonial, abandonando práticas eurocentradas. Os educadores precisam estar dispostos e preparados para abordar essas temáticas em sala de aula, em seus próprios estudos ou até mesmo orientando



os alunos. A proximidade com essa temática favorece a permanência dos estudantes negros.

Deveria haver, ainda, uma reforma curricular onde epistemes subalternas sejam abordados a partir do olhar dos “vencidos” (Ambrosio; Silva, 2023; Fanon, 1968). Mudar currículos, gestão escolar, formação dos professores, estruturas. É preciso compreender que a contribuição desses povos foi além da dança e da culinária. Saberes e fazeres intelectuais foram construídos em todas as áreas. Eurocentrismo não é a única perspectiva de saberes, mas sim, uma das inúmeras perspectivas existentes. E todas essas perspectivas devem existir, coexistir e se relacionar.

E ao assumir que esse epistemicídio possa ser fruto do racismo estrutural os sujeitos devem realizar um movimento de não apenas inquietude, mas também de ação. A promoção de práticas educativas de reconstrução histórica, cultural e da memória contra-coloniais deve ocorrer tanto em espaços/contextos formais quanto informais de educação. Essas práticas devem fazer parte de um projeto decolonial, antirracista, político, social, epistêmico, contra hegemônica e ético. Essas práticas devem levar em consideração valores civilizatórios afro-brasileiros⁴, a fim de reconhecer que as culturas de matrizes africanas ressignificaram essa diversidade cultural e civilizatória presente na sociedade. Valores estes revelam os excluídos como sujeitos, da singularidade no coletivo.

Diante dos resultados, observa-se que a comunidade universitária consultada reconhece, majoritariamente, o racismo existente na sociedade brasileira bem como a desigualdade entre negros e brancos. No entanto, ainda há aqueles que não reconhecem o racismo individual internalizado. Há, também, aqueles que não percebem o sistema de dominação e opressão que regulam a ordem jurídica, cultural e política dentro de uma estrutura social.

⁴ São princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural



Apesar da maioria afirmar que há racismo no Brasil, a mesma também afirma não presenciar esses atos dentro dos espaços acadêmicos. Contudo, a maioria dos sujeitos negros relata que já foram vítimas de racismo nesses espaços. A comunidade universitária, em grande parte, concorda com as políticas de inclusão e permanência dos negros, porém a maioria dos Programas não possui a institucionalização de tais políticas. Por fim, representativa parcela dos respondentes nunca participou de grupos de estudos/pesquisas ou produziram conhecimento abordando questões étnico-raciais. Esses aspectos parecem ratificar a carência de representação em todos os sentidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi compreender de que forma o racismo é reproduzido nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração. O objetivo foi atingido à medida em que os resultados evidenciam que a comunidade universitária consultada reconhece, majoritariamente, o racismo existente na sociedade brasileira bem como a desigualdade entre negros e brancos; que a maioria dos sujeitos negros afirmam que já foram vítimas de racismo nesses espaços e que a maioria dos Programas não adotam as políticas de inclusão e permanência dos negros em seus espaços.

A partir dos procedimentos metodológicos empregados observa-se que 81,9% dos servidores docentes, técnicos e discentes dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Administração autodeclaram-se como brancos; 62,1% afirmam que as Universidades Públicas perpetuam práticas racistas em seus espaços; e que 51,7% dos respondentes desconhecem autor(a) negro(a) da área de Administração.

Neste sentido, o artigo tem como principal contribuição, apresentar de que forma o racismo é reproduzido nesses espaços por meio de um diálogo com o referencial teórico, o qual identifica a intersecção do racismo com outros



marcadores sociais, dos discursos de meritocracia e democracia racial, e das políticas de ações afirmativas.

No que tange às limitações, tendo em vista o número de sujeitos que participaram do questionário, este estudo não nos permite fazer generalizações sobre os resultados obtidos. No entanto, as análises e discussões realizadas são 'indícios' sobre como o racismo é reproduzido na área de Administração. Ressalte-se que este estudo se limitou a coletar os dados apenas com sujeitos vinculados à Pós-graduação stricto sensu em Administração de Universidades Públicas, ou seja, vinculados ao meio acadêmico. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros considerem organizações de outra natureza a fim de identificar se os resultados serão contrastantes ou compatíveis, além de suscitar outros achados relacionados ao campo da Administração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra. (Feminismos plurais), 2019.

AMBROSIO, L.; SILVA, C. R. RACISMO É UM TRAUMA COLONIAL: DIÁLOGOS ENTRE FRANTZ FANON, NEUSA SOUZA E GRADA KILOMBA SOBRE O ADOECIMENTO NEGRO NO BRASIL: RACISM IS A COLONIAL TRAUMA: DIALOGUES BETWEEN FRANTZ FANON, NEUSA SOUZA AND GRADA KILOMBA ABOUT BLACK ILLNESS IN BRAZIL. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 16, n. Edição Especial, 2023. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1549>. Acesso em: 16 jan. 2025.

ANPAD. Anpad Inclusiva. 2024. <https://inclusiva.anpad.org.br/> Acesso em: 06 jun. 2024.

APINAJÉ, J. K. R.; HERBETTA, A. Cantos filosóficos e a possibilidade de uma pluridiversidade. Articulando e Construindo Saberes, 3(1), 55-62, 2018. Doi: 10.5216/racs.v3i1.55373

ARAÚJO, C. C. S. de; FARIA, A.; SANTOS, J. N.; SRINIVAS, N. Debatendo a escravidão negra nos estudos em gestão e organização a partir de perspectivas decoloniais e afrodiaspóricas. Cadernos EBAPE.BR, v. 21, n. 3, e2023-0100, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120230100.



BARRETO, L. Discursos de ódio contra negros nas redes sociais. *Trama*, v. 18, n. 43, p. 95-108, 2023.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Kindle edition.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Eds.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BOTOSSO, T. C. O. Negros na universidade: a cobertura da mídia sobre as políticas públicas de inclusão sócio-racial no Brasil. 2014. 173 p. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012015-113203/publico/tatiana.pdf> Acesso em 01 jul. 2022.

BOX1824 & EMPODERA. [Efeito Cotas]10: A potência multiplicadora da inclusão. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://readymag.com/u3154757791/efeito-cotas> Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. Sobre ações afirmativas e comunidades tradicionais. 2019. Disponível em: <https://proext.ufam.edu.br/dpa/sobre-acoes-afirmativas.html> Acesso em 21 set. 2021

BUIATTI, V. P. .; JEFFREY, D. C. Apresentação do Dossiê - “Política de Ações Afirmativas em Instituições do Ensino Superior (IES): em debate o acesso e a equidade”. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 13–22, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64892. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/64892>. Acesso em: 5 jun. 2024.

CALBINO, D. et al. "Política de cotas e meritocracia: uma análise da percepção de professores universitários" *Dados*, v. 65, n. 1, 2022. doi: 10.1590/dados.2022.65.1.256

CAMINO, L., et. al. A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36, 2001.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300002&script=sci_arttext> Acesso em: 19 mai. 2021.

CONCEIÇÃO, C.; DE MACEDO, M.J. A questão racial na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP): uma



perspectiva sobre o ensino superior privado e o racismo no Brasil. FGV Revista de Iniciação Científica, v. 29, 2022.

CONCEIÇÃO, C.O. S. A questão racial na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP): uma perspectiva sobre o ensino superior privado e o racismo no Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2022.

Conselho Federal de Administração, C.F.A. Pesquisa Nacional Perfil dos Profissionais de Administração. 2023. Disponível em: <https://cfa.org.br/pesquisa-2024-index/> Acesso em: 21 jul. 2024.

COSTA, E.G. da. Ações afirmativas na pós-graduação brasileira: o caso da UFRGS. Revista Brasileira de Sociologia, v. 10, n. 26, p. 104-123, 2022.

COSTA, J.P.M. et al. Ensino de relações raciais na pós-graduação stricto sensu da área pública no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v. 51, p. e08454, 2021.

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 538–554.

EUCLIDES, M. S. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas' 22/09/2017 254 f. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará. Fortaleza Biblioteca Depositária: Universidade Federal do Ceará/Centro de Humanidades

FANON, F. Pele negra máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, F. Toward the African revolution. Trad. Haakon Chevalie. New York: Grove Press, 1969.

FANON, F. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1965.

FIGUEIREDO, B. F.; CRUZ, M. J. A. da. Racismo recreativo e injúria racial: uma análise jurisprudencial do animus jocandi. Revista Estudantil Manus Iuris, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 199–213, 2021. DOI: 10.21708/issn2675-8423.v1i2a9931.2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/rmi/article/view/9931>. Acesso em: 9 nov. 2022.

FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.



FRANÇA, D. S. N. Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GARCIA, P. C. A. Representações sociais sobre o racismo no discurso de discentes moçambicanos na Unilab/CE: vozes, imagens e trajetórias coletivas' 29/01/2018 109 f. Mestrado em Interdisciplinar em Humanidades Instituição de Ensino: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção Biblioteca Depositária: <http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/585>

GIBBS, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995

GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Editora 34, 2001.

GOMES, N. L. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: uma breve discussão. In: HENRIQUES, R et al. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 39-62.

GONÇALVES, M.F. de C.P.; MARCELINO, K.F.; BÚRIGO, C.C.D. Políticas de ações afirmativas de acesso ao ensino superior: reflexões freireanas. Revista da Faculdade de Educação, v. 38, n. 2, p. 123-137, 2022.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e antirracismo no Brasil. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

HASENBALG, C.A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Censo Demográfico. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175#resultado>. Acesso em: 19 jul. 2024..

JERÓNIMO, M. B. Posfácio: as gramáticas da diferença que o racismo nomeou. In: HENRIQUES, J. G. Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo. Lisboa: Tinta da China, 2016.



KEMP, Simon. DATAREPORTAL. Digital 2024: Brazil. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil>. Acesso em: 3 jul. 2024.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000100018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 jun. 2015.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As Novas Formas de Expressão do Preconceito e do Racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, dez. 2004. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X200400300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 dez. 2015.

LOURENÇO, C. Uma sociedade desigual: reflexões a respeito de racismo e indicadores sociais no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, n. 1, p. 75–96, 2023. DOI: 10.1590/0101-6628.304.

MARQUES, A. J. Políticas públicas e gestão da educação para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: percepções de gestores e gestoras do ministério da educação – MEC’ 01/02/2010 171 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA Biblioteca Depositária: BCE UnB.

MEZAN, R. *Tempo de muda*. São Paulo: Editora Blucher, 2021. 9786555062670. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062670/>. Acesso em: 15 set. 2021

MORAES, E. L. A interseccionalidade: Um estudo sobre a resistência das mulheres negras à opressão de gênero, de raça e de classe. *Letras & Letras*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 261–276, 2020. DOI: 10.14393/LL63-v36n1-2020-14. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/50792>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MOREIRA, D. Reflexões sobre mudança sócio – racial no Brasil. In: MOREIRA, D. Racismos contemporâneos/organização Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano. Ed ,2003.

MORITZ, G. O.; MORITZ, M. O.; MELO, P. A. A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/26136> Acesso em: 08 ago. 2022.



MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *Sociedade e Cultura*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NASCIMENTO, F. A. S. O beabá do racismo contra o negro brasileiro: subsídio didático para estudantes universitários, educadores, professores, formadores de opinião e militantes. Rondonópolis, MT: Print Editora, 2010.

NAZARENO, E; HERBETTA, A. F.. A pós-graduação brasileira: sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 24, n. 2, p. 103-112, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2019000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190013>.

NGANGA, J.G. do N. Sumário Executivo: Percepções sobre Racismo no Brasil. 2023. Disponível em: <https://percepcaosobreracismo.org.br/> Acesso em: 16 nov. 2023.

NOGUEIRA, R. Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza. 2015. Disponível

em:
<https://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/> Acesso em 15 set. 2021.

OLDFIELD, K; CANDLER, G; JOHNSON, R. G. Social Class, Sexual Orientation, and Toward Proactive Social Equity Scholarship. *The American Review of Public Administration*. 2006;36(2):156-172. doi:10.1177/0275074005281387.

OLIVEIRA, C. L. P; BARRETO, P. C. S. Percepção do racismo no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos* [online]. 2003, v. 25, n. 2 [Acessado 30 Junho 2022], pp. 183-213. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200001>>. Epub 07 Jul 2004. ISSN 1678-4650. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2003000200001>.

PAIVA, C.L. Um olhar sobre políticas de ações afirmativas para pessoas negras na pós-graduação brasileira: análise da percepção da alta gestão da educação superior. 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/35092> Acesso em: 19 jul. 2024.



PERARDT, S; BURIGO, C. C. D. A concepção de universidade e a inter-relação com o processo da gestão universitária. Revista da FAE, v.19, n.1, p.80-93, 2016.

RIBEIRO, F. G.; DA COSTA, C. S. O RACISMO INSTITUCIONAL E SEUS CONTORNOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 10, n. 24, p. 392–408, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/457>. Acesso em: 16 jan. 2025.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SABINO, G. de F.T.; PINHEIRO, D.C. Precisamos falar sobre Taylor: indícios de racismo na administração científica?. Cadernos EBAPE. BR, v. 21, n. 3, p. e2022-0065, 2023.

SANT'ANA, A. O. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, K (org.). Superando o racismo no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf Acesso em: 21 mai. 2022.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da Pós-Graduação no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, ago. 2003. Doi: 10.1590/S0101-73302003000200016.

SANTOS, F. C.; SILVA, G. M.; SANTOS, N. E. Escola Branca: um olhar sobre o racismo estrutural em práticas educacionais. In: SANTOS, N. E. dos. (org.) Construindo uma educação antirracista: reflexões, afetos e experiências. Curitiba: Editora CRV. 2022.

SCHWARCZ, L. Questão racial no Brasil. In L. M. Schwarc & L. Reis (Orgs.), Negras imagens (pp. 153-177). São Paulo: EDUSP, 1996.

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa e Pós-Graduação no Brasil: duas faces da mesma moeda?. Estudos Avançados, v. 36, p. 227-254, 2022.

SEYFERTH, G. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura et al. "Raça", ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

SKIDMORE, T. E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



SOARES, L. M. S. População negra e ensino superior: debates sobre o sistema de cotas raciais nas universidades' 18/12/2014 116 f. Mestrado em Relações Étnico-Raciais Instituição de Ensino: Centro Federal de Educação Tecn. Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central do CEFET/RJ.

SOUZA, V. A. de; RICHTER, L. M.; SOUZA, R. A. . Editorial - Política de Ações Afirmativas em Instituições do Ensino Superior: em debate a Lei de Cotas. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 5–12, 2022. DOI: 10.14393/REPOD-v11n1a2022-64890. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64890>. Acesso em: 5 jun. 2024.

STAKE, R. E. Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso, 2011.

TELLES, E. E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.

THEODORO, M. Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

TRINDADE, L.V. Discurso de ódio nas redes sociais. Editora Jandaíra, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1987.

TURRA, C.; VENTURI, G. Racismo cordial: a mais completa análise de preconceito de cor no Brasil. São Paulo, SP: Ática. 1995.

VALA, J. Novos racismos: perspectivas comparativas. Oieras: Celta Editora, 1999.

VANALI, A.C.; SILVA, P.V. B. da. AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: ANÁLISE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 49, n. 171, p. 86-108, jan. 2019 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100086&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 06 jun. 2024. Epub 13-Maio-2019. <https://doi.org/10.1590/198053145911>.

VIEIRA, C. et al. "Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira". Revista Reflexão e Ação, vol. 21, pp. 316-334, 2013.

WIEVIORKA, M. L'Espace du racism. Paris: Du Seuil (in English The Arena of Racism London: Sage), 1991.

Recebido em: 16/01/2026

Aprovado em: 10/05/2026